



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE

Inscrita no CNPJ sob o nº 18.685.438/0001-16

Rua do Rosário, 220 - Centro - Piedade do Rio Grande - MG - Fone (32) 3335 1122 - CEP. 36. 227.000



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2017

Origem:

Processo n.º 009/2017

Dispensa n.º 004/2017

Que entre si fazem, de um lado, na qualidade de contratante, o município de **Piedade do Rio Grande-MG.**, e de outro, como contratado o **Clovis Moura Ferreira**, nos termos das cláusulas e condições a seguir fixadas:

O MUNICÍPIO DE PIEDADE DO RIO GRANDE, ESTADO DE MINAS GERAIS, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o nº. 18.685.438/0001-16, neste ato representado por seu prefeito, José Fernandes Neto, doravante denominado **CONTRATANTE**, com sede administrativa com endereço na Rua do Rosário, nº 220, Centro, na cidade de Piedade do Rio Grande-MG e o Sr. Clovis Moura Ferreira, inscrita no CPF sob o nº. 281.510.626-49 e C.I nº MG – 1.113.2015 - Órgão Expedidor PC/MG, residente na cidade de Piedade do Rio Grande/MG doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a locação do imóvel situado na Rua Oscar Genésio Teixeira, 288, Centro, Piedade do Rio Grande/MG, CEP: 36.227-000 de propriedade da contratada, para instalação da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE E AUTORIZAÇÃO PARA LAVRATURA

2.1. O presente contrato foi celebrado por ato autorizativo do Prefeito Municipal, visando atender ao interesse público de acordo com a necessidade precípua da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1- O Município pagará ao Locador pela locação do referido imóvel a importância de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por mensal, ficando o contrato orçado no valor total de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

3.2. O pagamento do objeto fornecido será efetuado em até 30 (trinta) dias, diretamente à contratada.

3.3- Nenhum pagamento será efetuado à detentora enquanto pendente de liquidação, de qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



3.1 - As despesas com a execução do presente contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária: 02.005.001.10.122.0029.2.530.3.3.90.36.00 – ficha 314.

CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A **CONTRATADA** fornecerá o imóvel nas condições atestadas no laudo de vistoria, aprovado entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA, DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO E DO REAJUSTE

6.1 – O presente contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

6.2 - O presente contrato poderá ser reajustado caso haja prorrogação do seu prazo de vigência, após um ano da efetiva prestação dos serviços, objetivando a manter o equilíbrio econômico-financeiro disposto no art. 65, inciso II, letra 'd' da Lei Federal nº 8.666/93, mediante aplicação do índice adequado a natureza da contratação, por acordo entre as partes e celebração do respectivo Termo Aditivo.

6.3 – Fica acordado que os preços não poderão ser reajustados, salvo apenas na condição acima.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. São obrigações da **CONTRATADA**, além de outras decorrentes da legislação aplicável, manter durante toda a execução deste instrumento em contabilidade com as obrigações assumidas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 - São obrigações do **CONTRATANTE**, além de outras decorrentes da legislação aplicável:

- a) Efetuar o pagamento das taxas de água, luz e conceder isenção dos impostos públicos municipais que recaiam sobre este imóvel, notadamente quanto ao IPTU, durante o prazo contratual;
- b) Manter o imóvel em perfeitas condições de uso habitável;
- c) Restituir o imóvel ao término do contrato nas mesmas condições assumidas;
- d) Ficarão a cargo do **MUNICÍPIO** as obras que forem exigidas pelas autoridades relativas à segurança, conservação e higiene do prédio, não cabendo ao contratado direito a indenização pelas modificações ou obras eventualmente feitas no imóvel;
- e) Publicar o extrato do Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA RESOLUÇÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1. Obedecida a Lei, o presente contrato poderá ser resolvido quando houver:

- a) Descumprimento das cláusulas contratuais;
- b) Falecimento do proprietário;
- c) Razões que afetam o interesse público;
- d) Atrasos no pagamento devido pela **CONTRATADA** por período superior a 90 (noventa) dias;



- e) Acordo entre as partes, para rescisão amigável, desde que haja comunicação previa, protocolada pela parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- f) Comprovada ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8.666/93. Assegurando-se a Administração a rescisão unilateral do contrato naqueles casos e os direitos previstos no art. 80 da Lei 8666/93;
- g) Outros casos e formas previstos na Lei 8.666/93 e legislação alteradora.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste instrumento, a Contratada, poderá, sem prejuízo do cancelamento e das responsabilidades penal e civil aplicar o disposto no art. 7º da Lei 10.520/02, além das demais cominações legais cabíveis.

10.2. Ficam estabelecidas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato por desistência contratual, sem justa causa ou sem o consentimento do Município.

10.2.3. Suspensão dos pagamentos, até a regularização dos fatos geradores das penalidades;

10.2.4. Suspensão temporária de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

10.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. O prazo para apresentação da defesa prévia das penalidades aplicadas será de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.

10.4. O valor das multas aplicadas, após regular o processo administrativo, deverá ser descontado dos pagamentos devidos e caso sejam insuficientes, a diferença deverá ser paga pela contratada por meio de guia própria emitida pela Fazenda Municipal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data da sanção.

10.5. As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - A CONTRATADA e, integralmente, a única responsável, em qualquer caso, por danos e prejuízos que eventualmente, possa causar a terceiros, em decorrência da execução do objeto deste contrato, ficando, portanto, o CONTRATANTE isento de qualquer ônus, pelo ressarcimento e indenização devidos.

11.4 - Quaisquer controvérsias e omissões deste contrato serão regidas pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11.5 - As partes elegem o Foro da Comarca de Barbacena/MG para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais especial que seja. (ART. 55, §2º – LEI 8.666/93)

E por estarem justos e contratados, a vista das testemunhas, as partes assinam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE


Inscrita no CNPJ sob o nº 18.685.438/0001-16

Rua do Rosário, 220 - Centro - Piedade do Rio Grande - MG - Fone (32) 3335 1122 - CEP: 36.227-000



Município de Piedade do Rio Grande 01 de fevereiro de 2017.


JOSÉ FERNANDES NETO
Prefeito Municipal


Clovis Moura Ferreira
Representante legal

Testemunhas:

Nome: *Uladis Rodolfo Oliveira*
CPF: *108.479.546-14*

Nome: *ANGICEUS TEIXEIRA*
CPF: *507516036-00*





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE

Inscrita no CNPJ sob o nº 18.685.438/0001-16

Rua do Rosário, 220 - Centro - Piedade do Rio Grande - MG - Fone (32) 3335-1122 - CEP: 36.227-000



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

CONTRATO Nº 021/2017

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 009/2017 – DISPENSA 004/2017.

Objeto: Locação do imóvel situado na Rua Oscar Genésio Teixeira, 288, Centro, Piedade do Rio Grande/MG, CEP: 36.227-000 de propriedade da contratada, para instalação da Secretaria Municipal de Saúde.

CONTRANTE: Município de Piedade do Rio Grande-MG.

CONTRATADA: Clovis Moura Ferreira, inscrita no CPF sob o nº. 281.510.626-49 e C.I nº MG – 1.113.2015 - Órgão Expedidor PC/MG, residente na cidade de Piedade do Rio Grande/MG.

VALORES ESTIMADOS: O Município pagará ao Locador pela locação do referido imóvel a importância de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por mensal, ficando o contrato orçado no valor total de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). m

VIGÊNCIA: 31/01/2018

DATA DE ASSINATURA DA ATA: 01/02/2017